

DISTOPIAS COLONIAIS NA AMAZÔNIA: AS COLONIALIDADES DO HABITAR E DO TERRITORIALIZAR

Jéssica Poliane Gomes dos Santos¹

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG, Brasil



Fernanda Maria de Freitas Vianna²

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Juiz de Fora, MG, Brasil



Angela May Steward³

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém, PA Brasil



Enviado em 30 out. 2024 | Aceito em 27 abr. 2025

Resumo: Com base em estudos sobre a colonialidade, este artigo visa discutir as ideias sobre as formas colonizadas de agir, de pensar e de se apropriar do espaço, especialmente, em torno da concepção de moradia e de apropriação do território no contexto amazônico. Para isso, por meio de uma análise bibliográfica, descrevemos e discutimos dois exemplos específicos, sendo eles, a implementação do Programa de Habitação em Territórios da Reforma Agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a implementação da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) a populações tradicionais em Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Por fim, a discussão em torno desses exemplos busca correlacionar os elementos que revelam a herança e a permanência da colonialidade e como esse processo vai de encontro a realidades outras, que, consequentemente, resultam em distopias nas formas de conceber o espaço, condicionando a uma significativa privação de reprodução das geograficidades locais. Apesar disso, neste artigo, é desenvolvida a ideia de que a Amazônia é um lócus de antítese de mundo baseada na experiência europeia. Em vários aspectos, a região e seus povos têm demonstrado e, principalmente, resistido a essa ideia linear da colonialidade, evidenciando-se como um "contra mundo", que nos revela outras possibilidades de mundos possíveis para além do conceito hegemônico eurocêntrico.

Palavras-chave: populações tradicionais; áreas protegidas; decolonialidade.

COLONIAL DYSTOPIAS IN THE AMAZON: THE COLONIALITIES OF DWELLING AND TERRITORIALIZING

Abstract: Based on studies of colonialism, this paper discusses the ideas about the colonized forms of acting, thinking and appropriate space, especially around the concept of housing and ownership of the territory, in the Amazon region. For this, through a bibliographic analysis, I describe and discuss two specific examples, namely, the implementation of the Housing program in territories of Agrarian reform by INCRA and the implementation of the Concession of Right of Use (CDRU) to traditional populations in Conservation Unit for Sustainable Use. Finally, the discussion around these examples, seeking to correlate the elements that reveal the heritage and permanence of coloniality and how this process goes against other realities, which consequently result in dystopias in the ways of conceiving space, conditioning it to a significant deprivation of reproduction of local geographies. Nevertheless, this article is developed the idea that the Amazon is a world of antithesis locus based on the European experience. In several aspects, the region and its peoples have demonstrated and mainly resisted this linear idea of coloniality, showing themselves as a "counter world", which reveals other possible world possibilities besides the Eurocentric hegemonic concept.

Keywords: traditional populations, protected Areas, decoloniality

1. Mestra em Geografia pela PPGGeo da UFMG. Supervisora Territorial, Instituto Guaicuy. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7396-6162>. E-mail: jessicapoliane@gmail.com.
2. Mestra em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - UFJF/MG. Coordenadora do Programa de Manejo em Agroecossistemas, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8282-7639>. E-mail: fernanda.viana@mamiraua.org.br.
3. Doutora em Botânica. Professora Adjunta Universidade Federal do Pará (UFPA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4363-0382>. E-mail: angelasteward@gmail.com.



Este artigo está licenciado com uma licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional.

DYSTOPIES COLONIALES EN AMAZONIE: LES COLONIALITÉS DE L'HABITER ET DU TERRITORIALISER

Résumé: Fondé sur des études sur la colonialité, cet article vise à discuter des idées sur les formes colonisées d'agir, de penser et de s'approprier l'espace, notamment autour du concept d'habitat et d'appropriation du territoire en Amazonie. Pour ce faire, à travers une analyse bibliographique, nous décrivons et discutons deux exemples spécifiques, à savoir la mise en œuvre du Programme de Logement dans les Territoires de Réforme Agraire par l'Institut National de Colonisation et de Réforme Agraire (INCRA) et la mise en œuvre de la Concession de Droit Réel d'Usage (CDRU) aux populations traditionnelles dans une Unité de Conservation à Usage Durable. Enfin, la discussion autour de ces exemples cherche à corrélérer les éléments qui révèlent l'héritage et la permanence de la colonialité et comment ce processus se heurte à d'autres réalités, qui en conséquence se traduisent par des dystopies dans les manières de concevoir l'espace, le conditionnant à une privation significative de la reproduction des géographies locales. Malgré cela, cet article développe l'idée que l'Amazonie est un lieu d'antithèse mondiale basé sur l'expérience européenne. À plusieurs égards, la région et ses peuples ont démontré et, surtout, résisté à cette idée linéaire de la colonialité, se montrant comme un « contre-monde », qui nous révèle d'autres possibilités de mondes possibles au-delà du concept hégémonique eurocentrique.

Mots-clés: populations traditionnelles, aires protégées, décolonialité.



Introdução

A descoberta da América representou um novo espaço para realização e materialização dos projetos humanistas e renascentistas, ao mesmo tempo em que pôs, em confronto, as ideias nas quais a vida social, cultural, política e moral do Estado Europeu estavam embasadas. O fato de que outros povos viviam de maneira diferente inspirou Thomas More em seu livro Utopia, que o comparando com a realidade social da Inglaterra – especialmente a “Cristandade” europeia – coloca em xeque (RUIZ, 2011) essas ideias hegemônicas de mundo, mostrando outros mundos possíveis. .

Nossa intenção, ao trazer destaque ao contexto de significação da palavra Utopia, é mostrar a sua relação com o processo de colonização e colonialidade, que são discutidos neste trabalho. O lugar ideal teve Abya Yala⁴ como inspiração. Entretanto, o processo colonizador e da colonialidade fez do ideal utópico uma distopia, que, por ser a antiutopia, representa o lugar “hipotético” em que se vive sob sistemas opressores, autoritários, de privação, de perda ou de desespero. Neste trabalho, a distopia não é hipotética, ela é real e não se trata de um lugar ou de uma sociedade como um todo, mas de práticas que permeiam as formas de organização da sociedade em que vivemos e servem hoje como meios coercitivos para o exercício do poder; da dominação e da subalternização de outros saberes e povos

Os exemplos ilustrativos aqui discutidos nos revelam como a herança e a permanência da colonialidade resultam em distopias nas formas de conceber o espaço, condicionando a uma significativa privação de reprodução de outras geograficidades. O lugar hipotético paira sobre o lugar real, omitindo as insurgências que adormecem sob a imposição de uma ideia centrada na experiência de mundo europeu. Para construir e elaborar o argumento sobre essas distopias, o artigo está estruturado em três partes que serão descritas a seguir

⁴ ABYA YALA, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América. (<<http://www.iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>>) Acesso em: 04/12/2019)

A primeira parte, denominada de “De onde vem essa ideia de mundo?”, procura discutir os principais conceitos que constituem o pensamento decolonial, especialmente sobre as colonialidades do poder, do ser, do saber e da natureza.

A segunda parte, denominada “As diferentes Amazôncias dentro da Amazônia”, procura sintetizar as complexidades que envolvem a região, descrevendo suas características, com base nas suas diferentes temporalidades (PORTO GONÇALVES, 2009). O intuito é mostrar, também, como a natureza e a cultura se mesclam para tornar a Amazônia a região que é. Essa mescla se torna extremamente importante de ser destacada, em razão de que essa separação entre natureza e cultura é um dos principais elementos representativos da herança da colonialidade.

A terceira parte descreve os exemplos ilustrativos das distopias coloniais, sendo eles: a implementação do Programa de Habitação em Territórios da Reforma Agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representando a colonialidade do habitar e a implementação da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), representando a colonialidade do territorializar. Por fim, a última parte faz uma reflexão sobre como a Amazônia representa um “contra mundo”, no sentido de emergir práticas, formas de sociedades e geograficidades que fogem do contexto hegemônico imposto. Essa parte do artigo não chega a responder quais elementos que permitem essa configuração, mas traz algumas premissas que alimentam as diferentes possibilidades de resposta e fomenta a reflexão mais profunda, indicando os possíveis caminhos.

De onde vem essa ideia de mundo?

O mundo se tornou mundo, tal qual como o concebemos hoje, nos períodos das grandes navegações do século XV. A partir desse momento histórico, a Europa se centralizou no mundo, mas ainda não nos mapas do mundo. Nesse período, a linha imaginária divisória do planeta passava pela América. O território ainda “desconhecido” e que foi apropriado permitiu uma revolução a nível global, que desencadearia em mudanças outras, nas epistemologias, no espaço. Da mesma maneira que a linha reta de Tordesilhas dividia, pela primeira vez, o mundo em dois, a simbologia desse ato marcaria, em dualismos, a vida em todos os sentidos. Este período é chamado por Porto Gonçalves (2017) de primeira moderno colonialidade, em que a centralidade do pensamento, das técnicas, da dominação teve, na Europa Ibérica, a matriz de dominação colonial. Para este autor, o processo de colonização da América, ou Abya Ayala, representou:

[...] a constituição do mundo moderno que assim, desde o início, é colonial. A partir dali, e só a partir dali, a Europa passará a se tornar o centro do mundo e, para essa centralidade, a América/Abya Yala foi decisiva. A Europa, até então feudalizada em toda parte menos na península ibérica, vai, com a conquista colonial do novo continente, reunir uma riqueza sem precedentes por meio do saque, da servidão indígena e da escravidão negra (PORTO GONÇALVES, 2012, p. 4.)

Essa dominação de outros territórios não representou somente uma conquista para acumulação de riquezas e de espaços, mas também começou a determinar os *modus operandis* nas relações sociais e a constituição de identidades novas, a partir de uma conotação racial. Os indígenas, os negros e os mestiços em contraposição ao europeu se constituíram como a base para a inserção da colonialidade, que se resume a ideia da superioridade étnico-racial e epistêmica do europeu sobre outros povos, ao passo que, simultaneamente, nega outras matrizes de rationalidades e saberes (QUIJANO, 2005).

A província, representada principalmente pela Europa Ocidental, mais especificamente da segunda moderno colonialidade (hegemonia europeia formada pela Inglaterra, França, Itália e Alemanha), passa, então, a ser o exemplo universal do ser, do saber, do poder. Esse exemplo, por ser universal, faz-se por meio de uma omissão de seu lugar de enunciação, embora seja bem específico, delimitado e formulado. Entretanto, esse processo de omissão para se fazer universal, no processo de dominação, precisa ser, para além do aspecto político e econômico. Assim, a identidade do europeu e a Europa ocidental, enquanto origem geográfica, tornaram-se identidades associadas a hierarquias, a lugares e a papéis sociais de destaque no sistema mundo e ao padrão de dominação que se impunha. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005).

Outro aspecto que deve ser destacado para a compreensão desse modelo de mundo sob a perspectiva eurocêntrica (em que é possível perceber a valorização em demasia de valores europeus em relação aos outros) são os dualismos e os evolucionismos (CRUZ, 2018). Estes representam, respectivamente, a ideia da diferença entre a Europa e não Europa (a partir da raça e não do poder) e a ideia e a imagem da história da civilização humana, tendo a Europa como resultado, ou seja, como exemplo do progresso e modernidade a ser alcançada por todos aqueles que não são europeus. Para que os dualismos e os evolucionismos pudessem se estabelecer de fato, coroando a Europa como centralidade, era preciso homogeneizar, ou seja, igualar-se. Assim, por meio de uma visão unilinear do tempo aliada a uma concepção cartesiana, fechada e matemática do espaço, que as especificidades dos lugares foram sendo negadas, as diferenças foram aniquiladas e, gradativamente, foi ocorrendo a homogeneização ou uma monocultura do espaço e do tempo (SANTOS, 2002).

Nesse processo de negação de outras matrizes e concepções de mundo, o colonizado passou a adotar o universo cognitivo do colonizador, assumindo, também, a sua cultura e cosmovisão. A expropriação e repressão de saberes resultou no que Souza Santos (2009) denomina de epistemocídio, e toda a base do conhecimento passou a se dar a partir de um deslocamento a partir do centro (Europa/Norte = países da segunda moderno colonialidade) para a periferia (os outros no mundo), em que a Europa passa a ser detentora e difusora de todo o conhecimento “universal” e mais do que uma episteme, da dominação e da perpetuação do poder, pela colonialidade da cultura, dos saberes, da sociedade e da intelectualidade.

Entretanto, Oliveira (2016) propõe uma revisão crítica às narrativas convencionais, em relação aos primeiros contatos entre os colonizadores portugueses e os povos autóctones nos primórdios do período colonial, e traz elementos significativos para entender como o processo da colonialidade estabeleceu suas raízes e persistiu influente, aos povos de Abya Ayla, proporcionando as mudanças no sistema mundo na primeira e segunda moderno colonialidade. Para este autor, as relações iniciais entre “colonizadores e colonizados não era rigidamente dualista, mas sim bipartida” (OLIVEIRA, 2016, p. 14) e se formaram, inicialmente, a partir de uma rede de interdependências dos colonizadores com os indígenas, que resultava em articulações mais amplas entre os poderes coloniais, devido aos interesses comerciais. Só em um segundo momento, é que o objetivo passa a ser o controle territorial e, com isso, os colonizadores passam, então, a se apropriar do conhecimento nativo para dominá-lo e ocupar seus territórios, estruturado por meio da violência, sobre o arbítrio e a exclusão, produzindo novos conflitos e desigualdades.

Não se tratava mais de aproveitar dos jardins do paraíso, mas de tomar providências urgentes para ganhar uma guerra (que estava sendo parcialmente perdida) contra os indígenas e seus eventuais aliados franceses. [...] À diferença da situação anterior, onde a presença portuguesa

era descontínua e convivia com instituições bastante heterogêneas, o objetivo básico passou a ser o controle territorial, criando uma unidade entre núcleos dispersos e vulneráveis e implantando as instituições políticas europeias. O que El Rey tinha em mira era estabelecer a plena e total submissão da população autóctone, fazendo a guerra aos que não aceitavam o domínio português e retirando dos franceses qualquer respaldo para as suas iniciativas” (OLIVEIRA, 2016, p. 20).

Nesse embate entre resistências e relações de interdependências, simultaneamente, o processo de descolonização do pensamento vem sendo construído ao longo destes 500 anos de estabelecimento da moderna colonialidade europeia, que, por sua vez, como nos lembra Porto Gonçalves (2018), citando Mignolo (2004, p. 215), “não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza + cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios”.

Apesar disso, a colonialidade como herança cultural, cognitiva e epistêmica atravessa os dias atuais e orienta grande parte das ações da sociedade, no objetivo de alcançar um ideal de modernidade análogo às condições possíveis de se estabelecer em outros lugares que não sejam a Europa e “mantêm as sociedades latino-americanas presas a esquemas que não correspondem às necessidades de seus diversos membros, nem à sua realidade quotidiana.” (QUIJANO, 2005). Assim, “a totalidade do sistema-mundo é não só contraditória como heterogênea” (PORTO GONÇALVES, 2017, p. 48). Nessa trajetória, outras epistemologias, vinculadas às experiências locais, emergem-se na tentativa de combater esta ideia unilinear, deslocando-se do centro hegemônico, para pensar nas multiplicidades de mundo existentes.

As várias amazôncias dentro da Amazônia

A Amazônia é uma região biogeográfica, localizada no extremo norte da América do Sul, ocupando os territórios dos seguintes países: Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname, Peru e Guiana Francesa. Essa região está inserida na maior bacia hidrográfica do mundo. São aproximadamente 4,196.943 milhões de km² (IBGE, 2021), considerado o último grande reduto de biodiversidade ainda relativamente conservada no planeta (PORTO GONÇALVES, 2017). Tal grandiosidade se reflete em outros números sobre suas características físicas⁵ e que a tornam uma região de significativa importância e relevância para o planeta. A imensa planície coberta por uma exuberante floresta é recortada por rios, igarapés, lagos, canais e pântanos que têm papel preponderante nas variadas formas de interação e de caracterização dos diferentes ambientes que compõem a floresta, revelando particularidades nem tão explícitas diante da grandiosidade do verde e das águas.

Três aspectos principais são os responsáveis pela configuração dessa complexidade e pelo panorama característico atual da floresta. Os dois primeiros dizem respeito a sua história geológica e a transformações ocorridas nos períodos terciário e quaternário, sendo eles, a mudança no nível do mar, os processos de sedimentação da bacia, além da distribuição das chuvas, que influenciam nos níveis de elevação das águas dos rios, em que, nos períodos de maior pico, podem chegar a 15 m de elevação (AYRES, 2006). Além dos aspectos de cheia e das vazantes anuais, que provocam intensas dinâmicas nas paisagens amazônicas, é importante citar que a morfologia dos rios e as estruturas de suas planícies de inundação recebem, também, influência das propriedades físicas e químicas das

⁵ De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, são aproximadamente, 2.500 espécies de árvores, e 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul). É a maior bacia hidrográfica do mundo: cobre cerca de 6 milhões de km² e tem 1.100 afluentes.(MMA, 2018)

água, estreitamente ligados às características geológicas e aos substratos locais, determinando diferenças hidrográficas aos rios que fazem parte da bacia amazônica. Em razão disso, esses rios podem ser categorizados em 3 grupos de acordo com suas cores, características químicas e origem. São os rios de águas pretas, claras e brancas, que determinam também o tipo de formação florestal ao longo de seus cursos, revelando os igapós, várzeas e florestas de terra firme (SIOLI, 1991).

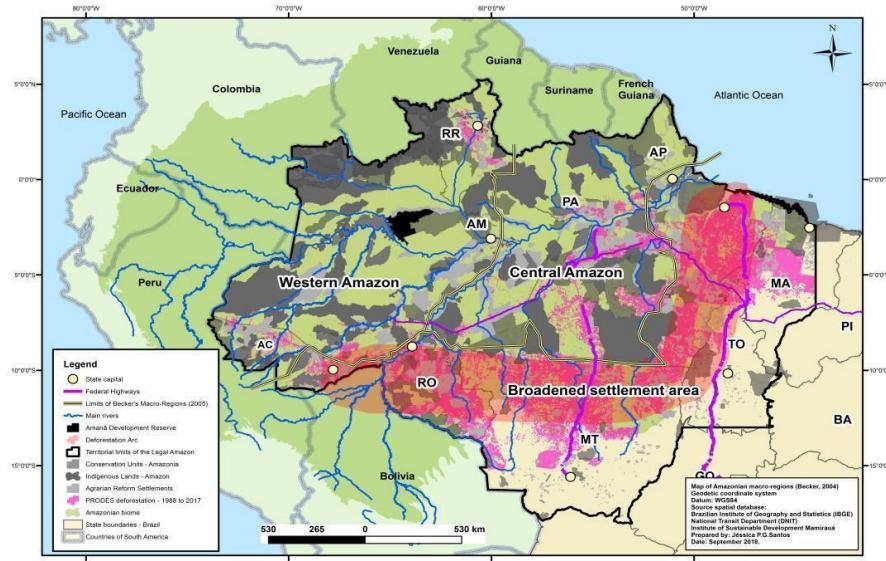
Acreditava-se que esses elementos do ambiente físico amazônico condicionaram as antigas sociedades amazônicas a serem sujeitos passivos e reféns dos fatores ambientais e climáticos, repelidas ainda pela dificuldade de se adaptar a supostos parcos recursos não domesticáveis, determinando que a ocupação e interferência humana na floresta só teriam alcançado pontos isolados, em áreas reduzidas, e restritas às margens dos principais rios (MAGALHÃES, 2013). Entretanto, estudos na área de arqueologia e arqueobotânica, desenvolvidos nos últimos 30 anos, têm revelado importantes informações sobre o passado sociocultural da Amazônia e a dinâmica de ocupação do território por grupos humanos, suas evidências nas paisagens e como, ao longo de milhares de anos, as variadas adaptações em consonância com as dinâmicas destes ecossistemas fizeram da floresta amazônica também uma floresta cultural (BALEÉ, 2008). Ou seja, as intensas dinâmicas ambientais da floresta não foram fatores restritivos para que os grupos sociais que nela viveram desenvolvessem sociedades complexas que eram “economicamente conectadas, culturalmente integradas e socialmente construídas” (MAGALHÃES, 2013, p. 388).

O processo de ocupação colonial na região Amazônica desestruturou esse panorama, construindo uma nova concepção de região, com crescente invasão de territórios, negação e dizimação do seu povo e de sua relação com o lugar. De uma região culturalmente, economicamente e socialmente integrada, a Amazônia passou a ser o vazio demográfico, a natureza primeira e intocada, fonte inesgotável de recursos, a grande reserva do mundo. Desde então, suas riquezas naturais e culturais vêm sendo subtraídas, silenciadas e apropriadas a partir de uma ideia eurocêntrica de mundo, que tem como um dos pilares principais a separação do homem e da natureza. A floresta, então, deixa de ser parte integrante da vida, para se tornar produto a ser transformado, explorado e conquistado a qualquer custo.

Na região, esses processos recentes de ocupação foram conduzidos sob a égide da ideia do sistema mundo capitalista moderno-colonial (PORTO GONÇALVES, 2017), em que a questão econômica determinou não só as ações implementadas para a região, mas também a construção do mundo Amazônico ao longo do tempo, seja como ideia, discurso, identidade e função. Nesse sentido, devido a uma economia marcada pela exportação, balizada pela demanda estrangeira por recursos, que se alternava em momentos de expansão e de importância, com momentos de estagnação (BECKER, 2001; 2004), deixou, de legado, uma Amazônia marcada como a eterna região da fronteira ainda a ser conquistada. Esses aspectos são fundamentais para entender a Amazônia da atualidade, pois marcaram profundamente as formas de apropriação, do uso da terra e da organização social na Amazônia, especialmente nos últimos 40 anos (BECKER, 2004, 2005).

Considerando esses diferentes processos, econômicos, políticos e socioambientais ao longo do tempo, Becker (2004) divide a Amazônia brasileira em três grandes macrorregiões (figura 1). A primeira, chamada de arco do fogo ou arco do desmatamento, a segunda, chamada de Amazônia Central, e a terceira, de Amazônia Ocidental (BECKER, 2004). Nos últimos 40 anos, as formas de ocupação e de apropriação nessas diferentes macrorregiões assumiram características distintas e não aconteceram de forma homogênea. Essas diferenças devem ser levadas em consideração, pois o quadro que se tem é de um espaço amazônico marcado pela convivência de diferentes contextos sociais, relações econômicas muito díspares, assim como as suas formas de reprodução no espaço.

Figura 1 - Macrorregiões Geopolíticas da Amazônia e formas de ocupação e apropriação do território.



Fonte: Elaboração e adapatação cartográfica, realizada por Jéssica dos Santos com base em Becker (2004).

Um aspecto importante que deve ser trazido, para entender essas disparidades intrarregionais, no decorrer do processo de expansão da fronteira agrícola, é a chamada “barreira” socioambiental (LIMA, 1997; ESTERCI e SCHWEICKARDT, 2010), que foi essencial para frear o avanço de um modelo de desenvolvimento, baseado na implementação de políticas públicas que pouco consideram as especificidades e as diferenças regionais. Tais políticas, comumente direcionadas para a mercantilização da terra e da natureza, centradas apenas em produção agropecuária e no aumento da competitividade dos produtos agrícolas no mercado, conduziram a um manejo inadequado dos recursos, remodelando o espaço ou reterritorializando (SAQUET, 2015) forçadamente grande parte da população local, comprometendo a sustentabilidade e a conservação da sociobiodiversidade amazônica.

Entretanto, a ação da barreira socioambiental (BECKER, 1988 apud NASCIMENTO, 2017) viabilizou a implementação de “novas” ruralidades (ESTERCI e SCHWEICKARDT, 2010; ALMEIDA, 2010), voltada para uma visão interna da região e para os habitantes, proporcionando a manutenção de seus modos de vida. Nesse contexto é que se encontram a criação e o estabelecimento das áreas protegidas, especialmente as de uso sustentável, que são importantes instrumentos de conservação dos recursos naturais além dos direitos das populações amazônicas. Em suma, a Amazônia se apresenta como um espaço de reprodução de diferentes atores, em diferentes temporalidades (PORTO GONÇALVES, 2017) ou um híbrido das muitas intencionalidades coexistentes.

Distopias coloniais na Amazônia

Mesmo em um cenário de contestação das formas hegemônicas e colonizadas de agir, pensar e se apropriar do espaço, as colonialidades ainda persistem em alguns contextos, como já citado nesse trabalho. Aqui trazemos como exemplo essa ideia a partir da concepção de moradia, de apropriação e das práticas de uso do território. São ações implementadas por políticas públicas, mas que revelam, também, as permanências das colonialidades da sociedade como um todo, na forma

de agir sobre o meio, ponderada a partir de dualismos e de segregacionismos, que omitem consideráveis formas outras de se vivenciar a vida e o espaço. Os exemplos trazidos para este trabalho têm seu foco voltado para macrorregião definida por Becker (2005) de Amazônia Ocidental, com um recorte mais específico para a região do médio Solimões, especificamente nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã.

Dois exemplos são iniciativas governamentais relacionadas ao Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) e dizem respeito aos direitos territoriais de populações tradicionais em Unidades de Conservação, por meio da regularização fundiária e da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), e a distribuição de recursos para auxílio à implementação de infraestruturas nesses territórios. As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são umas das modalidades de áreas de assentamentos da Reforma Agrária reconhecidos pelo INCRA. Esse reconhecimento viabiliza o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos relacionados às políticas públicas do Programa Nacional da Reforma Agrária (INCRA, 2019).

As Concessões do Direito Real de Uso são modalidades de regularização fundiária baseadas no reconhecimento da posse (não propriedade) sobre terras situadas em áreas da União. Como não é possível a titularização de uma posse em terras públicas, o Estado transfere a possibilidade de uso, mediante contrato contendo objeto específico e promovendo, assim, a função social dos bens públicos. A CDRU tem se mostrado um instrumento bastante versátil e adaptável a diversas políticas públicas (OLIVEIRA, 2015). É aplicada tanto em contextos urbanos como em contextos rurais e tem sido a principal ferramenta utilizada para garantir a segurança jurídica territorial de populações tradicionais assentadas em Unidades de Conservação, proporcionando a garantia de seus vínculos de ancestralidade com o território e a proteção ambiental (OLIVEIRA, 2015). O programa Crédito Instalação, por sua vez, consiste no provimento de recursos financeiros (concessão de crédito) aos beneficiários da reforma agrária, para suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender às necessidades hídricas das famílias nos projetos de assentamento, visando assegurar a estes os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2019).

A colonialidade do habitar

Os modos de morar na várzea Amazônica exigem um complexo de técnicas e de estratégias, de modo que a convivência em um ambiente extremamente dinâmico seja possível. De acordo com Alencar e Sousa (2016), as populações que habitam as áreas de várzea da região do curso médio do rio Solimões utilizam técnicas que fazem parte de experimentações e de interações construídas ao longo de um processo histórico de aprendizagem e de práticas, que proporcionam habilidades que vão sendo adquiridas em interação com os elementos naturais encontrados nesse ambiente. Junto aos pressupostos ou às verdades culturais (aquilo que não se discute quando se é membro de uma sociedade), essas práticas adquiridas vão orientando as ações dos indivíduos a partir das experiências de cada geração, que se acrescentam aos conhecimentos já existentes, em um processo dialético. De acordo com as autoras, “esse conhecimento orienta na escolha do local mais adequado para a construção da casa, nas técnicas de construção e de carpintaria, com uso de tecnologias simples, na escolha dos materiais de construção”.(ALENCAR e SOUSA, p.205, 2016).

Figuras 2 e 3 - Habitações típicas da Várzea na RDSM, nas comunidades de Vila Alencar e Boca do Mamirauá, respectivamente



Fonte: Jéssica dos Santos (2016)

O modo tradicional dos modelos de moradias na várzea amazônica são as casas dos tipos palafitas, construções típicas de áreas alagadiças, encontradas em diferentes partes do mundo. Na região do médio Solimões, a população adota critérios diferenciados para a escolha dos materiais de acordo com as partes da casa e que demandam um profundo conhecimento do ambiente. Madeiras mais resistentes para as partes de fundação e fixação da casa ao solo, madeiras mais leves para a estrutura das paredes e telhados. Para este último, folhas de palmeiras também podem ser usadas na confecção dos telhados (ALENCAR E SOUSA, 2016).

Figuras 4 e 5 - Modelos de casas do Incra e da Várzea



Fonte: Extraído de Alencar e Sousa, 2016 e 2024. Na segunda foto é possível visualizar a adaptação típica de casas em ambientes de Várzea, para os períodos de cheias.

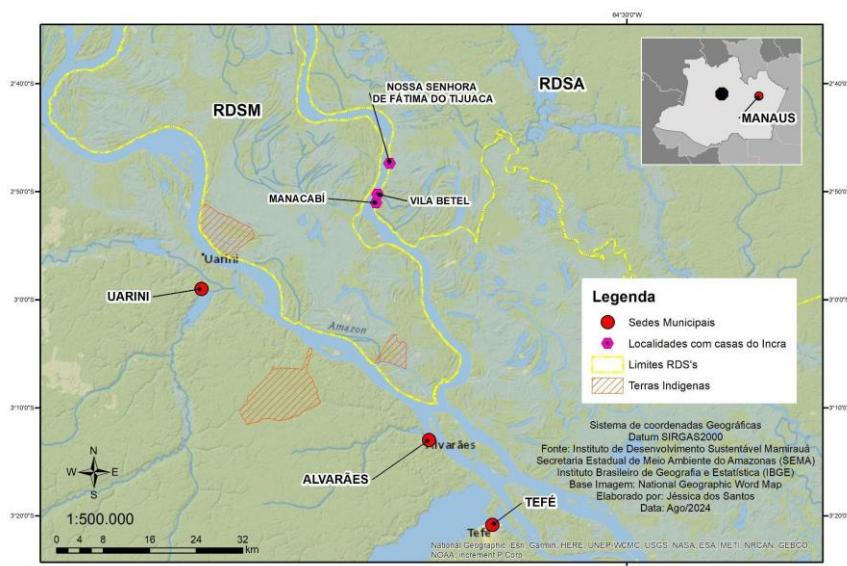
Entretanto, o projeto implementado pelo INCRA não considerou esses aspectos particulares do modo de habitar e as características ambientais locais ao fornecer os benefícios do Crédito Habitação. Como mostra o estudo realizado por Alencar e Sousa (2016), os tipos de habitações

construídas pelo INCRA tinham como características um piso em cimento cru, pintado de vermelho, estrutura em alvenaria, erguidas diretamente sobre o solo, sem nenhuma fundação e com telhas amianto. Estudos anteriores, realizados por uma das autoras (ALENCAR, 2010), já apontavam que esse tipo de material não é utilizado na construção de casas na região, por várias razões. Uma delas é que estruturas de alvenaria “torna a casa pesada e pode desequilibrá-la durante as cheias” (ALENCAR e SOUSA, 2016). Além do mais, esses materiais não resistem às fortes correntezas durante os períodos de alagação.

As casas flutuantes, por exemplo, amplamente utilizadas na região, apresentam-se como soluções arquitetônicas com técnicas e tecnologias apropriadas às condições locais de extrema dinâmica da paisagem, ocasionada pela sazonalidade hidrológica. Como nos lembra Mossab e Cunha (2019), essas casas são construídas sobre dois grandes troncos de Assacu⁶, que garantem a flutuação da unidade habitacional por cerca de quarenta anos. Mais do que a estrutura adaptável da casa, sua localização na água auxilia as tarefas cotidianas nos tempos de vazante, uma vez que, quando as águas baixam, a distância das casas (palafitas) até as beiras dos rios fica distante, exigindo um esforço maior no acesso aos recursos.

Com este exemplo, procuro chamar atenção sobre formas de habitar não hegemônicas, em contraposição a padronização de conceitos e ideias representadas pela implementação das casas pelo INCRA. Este caso, é importante salientar, não é o único, nem o primeiro exemplo de descontextos arquitetônicos que são implementados sem ter literalmente, fundamentos cabíveis as múltiplas realidades existentes. De acordo com Espinal (2013) os antagonismos entre a cultura e natureza é o fundamento de entendimento e aplicação que rege a prática arquitetônica moderna.

Figura 6 - Localização das comunidades que receberam o projeto do INCRA



Fonte: Elaborado por Jéssica dos Santos, 2024. Os tons mais claros de azul representados no mapa, correspondem as áreas de várzea, na região do Médio Solimões.

Trazendo esse problema como base, ele discute como a arquitetura, na grande maioria das vezes, é a antítese da habitabilidade na Terra, ou seja, no decorrer da história, foi ocorrendo um abandono progressivo da relação entre a construção humana e a natureza, por meio da negação e

⁶ A Hura crepitans L., Euphorbiaceae, nome científico do Assacu, árvore típica dos ambientes de várzea. Pode atingir até 60 metros de altura. (AYRES, 2006; CARVALHO, 2019)

superação desta, em vez da integração (ESPINAL, 2013; MOSSAB e CUNHA, 2019). A “produção das cidades e a construção civil tem seguido esta oposição: o meio urbano construído tradicionalmente antagoniza o meio natural” (MOSSAB e CUNHA, 2019). Assim, as práticas acadêmicas e profissionais da arquitetura, que são amplamente baseadas em conceitos e teorias eurocêntricas, acabam por ser pouco adaptadas à realidade latino-americana, refletindo em descontextos na prática e na aplicação dessa ciência.

Entretanto, como afirma Espinal (2013), à medida que vão sendo reveladas outras histórias das culturas pré-colombianas, evidencia-se que as práticas arquitetônicas bem como as formas de organização social e territorial “foram construídas e desenhados em função das necessidades impostas pelo manejo do meio” (ESPINAL, 2013, p. 42). São espaços pensados e desenhados de forma adequada ao meio em que se inserem e não inadequadas e antagônicas como versa o paradigma da arquitetura moderna e do moderno de uma maneira geral.

Esse paradigma vai de encontro às tecnologias construtivas desenvolvidas fora desse âmbito da modernidade, por exemplo, as práticas próprias dos povos originários e dos povos tradicionais da atualidade, com seus saberes ancestrais, empíricos, intuitivos e contextualizados. Assim, Borrero (2015) propõe que sejam valorizados os “*diseños del Sur*” (desenhos do sul), com seus conhecimentos e práticas menos utilitaristas e mais relacionais” (BORRERO, 2015, p. 120).

A colonialidade do territorializar

As práticas de ocupação e de apropriação do espaço, desenvolvidas pela população local, baseiam-se no uso e no manejo que fazem dos recursos e no uso histórico do território e são caracterizados por ter uma mobilidade sazonal que acompanha a intensa e a constante dinâmica ambiental e a disponibilidade dos recursos (ALENCAR, 2007). Assim, além dos locais de moradia, nas comunidades e nos sítios, o uso agrícola do espaço também é realizado de forma itinerante, composto por um complexo de interações de diferentes escalas, que envolvem aspectos de conhecimento do ambiente (VIANA et al 2016), das formas de articulação com redes de parentesco e das relações sociais ao longo da cadeia produtiva (STEWARD e LIMA, 2014).

O mesmo complexo de interações e de conhecimento pode ser atribuído a outros usos, como o extrativismo, a caça e a pesca. De uma maneira geral, na região Amazônica, o uso do território se faz entre o uso estritamente familiar (áreas agrícolas) e o uso coletivo (lagos e áreas de caça). Essas características demandam uma ampla disponibilidade de áreas para uso em seus diferentes ambientes. Na Reserva Amanã, por exemplo, pesquisadores do Instituto Mamirauá identificaram que a área total utilizada para caça em uma comunidade na UC era 49,7 mil ha (GOMES et al, 2018).

No Brasil, o modelo de área protegida, baseado nos parques nacionais dos Estados Unidos, influenciou (ideológica e territorialmente) sobremaneira a criação de áreas de proteção ambiental no país. Essas áreas eram representadas por ilhas de vegetação, para fins de contemplação e de apreciação da natureza, em que eram proibidas a exploração dos recursos e a ocupação humana em seus limites. Porém, especificamente no Brasil, atrelado a esse modelo estadunidense, incluiu-se também o fator do potencial econômico dessas paisagens para o desenvolvimento de atividades turísticas (DIAS e PEREIRA, 2010; DIEGUES, 2000; FREITAS, 2014).

Figuras 7 e 8 - Mapa das áreas agrícolas da comunidade Nova Jerusalém (RDSA -AM)



Fonte: Atividade de mapeamento participativo realizada com moradores da Comunidade de Nova Jerusalém, na RDSA em setembro de 2014.

Na representação da comunidade, as áreas de uso agrícola estão em meio às casas, e estas áreas se estendem para o outro lado da margem do Igarapé. Observa-se também, além dos roçados, capoeiras em diferentes estágios de sucessão.

Inicialmente, as criações dessas áreas desconsideravam a importância e a existência de grupos tradicionais como indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, dentre outros, que tinham na natureza um importante elemento para reprodução dos seus meios de vida, o que vai de encontro aos modelos e às visões de criação de territórios, preconizados de áreas protegidas até então implementados no país, potencializando e gerando graves conflitos (DIEGUES, 1996; DIAS e PEREIRA; 2010; ALMEIDA, 2004; ACSELRAD, 2008).

Esses diferentes elementos constituem, por vezes, um abismo entre os “territórios especialmente protegidos”, decretados pelo Estado, e a realidade multiterritorial em que nem sempre se considera o entendimento dos diversos atores que constituem esse território múltiplo de múltiplas territorialidades (Figura 4 e 5). Atrelado a esse aspecto, o território da visão eurocêntrica, profundamente impregnada pelo Direito Romano e sua legitimação do direito de propriedade, persiste nas formas de conceber os territórios e não reconhece, muitas vezes, as formas de apropriação que combina propriedade familiar e área de uso comum dos recursos naturais (PORTO GONÇALVES, 2017).

A Concessão do Direito Real de Uso destinado à população residente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã em 2014 demonstra esse fato. Embora tenham sido canceladas por não serem compatíveis com a realidade socioambiental em questão, são exemplos desse pensamento eurocêntrico arraigado nos costumes e nos descontextos nos entendimentos sobre as outras realidades. Além do contrato, os moradores da RDS recebiam um mapa contendo os limites dos lotes de cada família. Entretanto, a delimitação em lotes individuais não correspondia aos modos históricos e tradicionais de uso desses territórios, considerando que na CDRU as divisões das áreas são feitas por quadrantes de mesmo tamanho e forma e um ao lado do outro, desconsiderando qualquer similaridade com o que seria o contexto da realidade local do modo de vida das famílias nas RDS, em que as áreas seguem a dinâmica de agricultura migratória e são estabelecidas em formatos, tamanhos e espaços diferentes a cada período de encerramento de um ciclo de cultivo.

Figura 9 e 10 - Mapa dos lotes individuais delimitados no processo de entrega da CDRU e mapa das áreas agrícolas da comunidade de São João do Ipecaçú, RDSA



Fontes: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA)
e Programa de Manejo de Agroecossistemas (PMA) do IDSM.

Estes mapas, nas figuras acima, além de terem sido elaborados sem os mínimos critérios cartográficos formais, desconsideraram o modo tradicional de uso do território pelas populações da Reserva. O fato revela o desconhecimento do Estado (gestor da UC) sobre as peculiaridades de seu próprio território. Assim a concepção de um território coletivo/comunitário vai de encontro com a lógica de organização baseada na exclusividade de uma propriedade privada, de acordo com Porto Gonçalves (2012, p.64), “que, sendo espaço de uso exclusivo é, já aí, de exclusão, a base de um espaço mutuamente excludente, de soberania absoluta, que subjaze ao conceito de território nas matrizes hegemônicas do pensamento moderno-colonial”.

Para que os direitos reais derivados da posse dos povos ribeirinhos nesses territórios se configurem realmente como direitos efetivos, “devem permitir que os hábitos dessas populações não sejam alterados em virtude do estabelecimento de uma regra fixa para delimitação do território” (OLIVEIRA, 2015). Para isso, é preciso superar o conceito e a lógica dicotômica e passarmos a conceber o espaço por meio das “lógicas relacionais, plurais e que permitem o florescer de outras territorialidades.” (PORTO GONÇALVES, 2012, p.64)

A Amazônia é um contramundo? Outros modos de habitar, de plantar e de ser território

Os exemplos trazidos neste artigo demonstram que a elaboração e a implantação de políticas públicas, direcionadas à Amazônia, pouco consideram suas especificidades. Muitas dessas políticas são construídas a partir de experiências externas e implementadas com atuações em escalas geográficas não adequadas, como se a Amazônia fosse uma macrorregião homogênea, negando a complexidade e a diversidade das formas de apropriação do espaço. Mesmo as esferas de atuação mais direcionadas e inseridas nos contextos locais tem atuado com o mesmo direcionamento de políticas de escalas mais abrangentes, por meio da implementação de projetos e de programas que versam sobre uma lógica distinta.

Muitas vezes, as consequências da imposição de um modelo de sociedade baseada em questões de modernização ecológica, desenvolvimento e progresso, com base nas concepções europeias, facilitam a imposição de práticas que trarão prejuízos às comunidades locais. Paulatinamente, esses ideais vão se configurando em perda de autonomia e em desestruturação das formas tradicionais de uso dos recursos, um distanciar-se das raízes. Como já tratado neste artigo, a base de imposição do poder se dá, em alguns aspectos, por meio da homogeneização dos saberes, das formas do ser e do conceber o espaço. Os exemplos trazidos aqui revelam a herança e a permanência desse pensamento construído com base na colonialidade e como esse processo vai de encontro a realidades outras, as quais, consequentemente, resultam em distopias nas formas de conceber o espaço, resultando em uma significativa privação de reprodução das geograficidades locais.

Como nos mostra Porto-Gonçalves (2001), “território é espaço apropriado, instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele”. Os elementos supracitados demonstram uma peculiaridade no processo de produção e de apropriação territorial na Amazônia, proporcionados pela multiplicidade de manifestações, de poderes, de agentes e de sujeitos. As distintas formas de se apropriar do território na Amazônia demonstram o embate entre rationalidades distintas, que implicam pensar nessa categoria, trazendo a cultura enquanto luta política.

Dados levantados por Dias e Pereira (2010) mostram que todas as categorias de Unidades de Conservação e Terras Indígenas brasileiras se concentram na região Norte do país. Ainda de acordo com os autores, citando um estudo realizado por Jekins e Joppa (2009), na primeira década do século XXI, cerca de 74% das unidades de Conservação criadas no mundo se localizavam no Brasil, particularmente na Amazônia. Dados do Painel de Unidade de Conservação Brasileiras (2018) mostram que 42% da região da Amazônia Legal estava ordenada territorialmente por algum tipo de área protegida com destaque para as categorias de UC de Uso Sustentável e as Terras Indígenas. Para além das conquistas socioambientais e sociopolíticas que a criação desses territórios representa, eles tentam romper com a tradição eurocêntrica de separar a natureza da sociedade. A constituição desses tipos de territórios é a tentativa de descolonizar o pensamento a partir da contribuição dos movimentos sociais, com seus pensamentos e práticas que proporcionam um deslocamento do lugar de enunciação em que “outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo” (PORTO GONÇALVES, 2017).

Nesse sentido é que a emergência do lugar para o entendimento das geograficidades e, posteriormente, das territorialidades é essencial para se pensar em ações e políticas que buscam a gestão compartilhada desses territórios diferenciados. O lugar é o espaço em que as relações são construídas e experimentadas em situações do viver, do habitar, do consumo, do trabalho, do lazer. Esses elementos, partilhados entre os grupos (por exemplo, comunidades tradicionais), são importantes mecanismos para se manter os traços culturais, constituindo, assim, territorialidades específicas que formulam convenções, práticas sociais, sentimentos de pertença etc.

É a partir dessa concepção, o olhar para os lugares, que Escobar (2015) propõe uma nova perspectiva de desenvolvimento que considere especificidades locais. Desse modo, outras epistemes podem emergir e contribuir para um desenvolvimento mais endógeno. De acordo com Escobar (2015, p.6), é “preciso repensar a inserção do conhecimento local e da relação dos habitantes com o “lugar” para que estes sejam inseridos como protagonistas, de forma verdadeira, nos processos de intervenções em uma comunidade”.

Assim, para Escobar (2015), um modelo de envolvimento que abarque os conhecimentos e as ações do lugar deve operar a partir das particularidades socioambientais e culturais desse lugar e

com elas interagir, de modo que essas essências possam se contrapor aos modelos hegemônicos de entendimento do mundo que acabam por privar outros modos de vida. Entretanto, o autor alerta que é imprescindível um diálogo entre os diferentes saberes e concepções de mundo. Assim, o lugar se torna o sítio no qual as identidades se revelam, em que se vive os processos sociais, de relacionamentos interpessoais.

Por fim, concluímos que a Amazônia é um lócus de antítese dessa ideia de mundo, baseada na experiência europeia. Em vários aspectos, a região e seus povos têm demonstrado e, principalmente, resistido a essa ideia linear da colonialidade, evidenciando-se como um “contra mundo”, que nos revela outras possibilidades de mundos possíveis para além do conceito hegemônico eurocêntrico. Nesses pouco mais de 500 anos de sistema mundo moderno colonial, a Amazônia, por mais que tenha sido violada e apropriada em sua superfície, permanece como a utopia de Thomas Morus, permanecendo um mistério pouco revelado, porém muito cobiçado.

Referências

- ACSELRAD, Hanri.; COLI, Luis Régis. (2008) *Disputas cartográficas e disputas territoriais*. In: ACSELRAD, Henri. *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, capítulo 1 - 2008. 168 p
- ALENCAR, Edna Ferreira. Dinâmica Territorial e Mobilidade Geográfica no Processo de Ocupação Humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - AM. *Revista Uakari*, Tefé, AM, v.6, n.1 , p.39-58, jun. 2010.
- ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Isabel Soares. Tradição e mudanças no modo de habitar as várzeas dos rios Solimões e Japurá, AM. *Revista Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, ed. 41, p. 203-232, 2016.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de territorialização e Movimentos Sociais. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*. V.6, N.1, p. 9-32, Mai 2004
- AYRES, José Márcio. (2006) *As matas de várzea do Mamirauá: médio rio Solimões*. Brasília: CNPq; Sociedade Civil Mamirauá, 3^a edição, 2006. 123p.
- BALÉE, Willian. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. *Revista de Arqueologia*, 21, n.2: 09-23, 2008
- BECKER, Berta koffman. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, n.19, v.5, p.71-86, 2005.
- BECKER, Berta koffman. A Amazônia e a Política Ambiental brasileira. *Revista GEOgraphia-* Ano. 6 - NQ 11 - p. 7-20- 2004.
- BORRERO, Alfredo Gutiérrez. (2014) EL SUR DEL DISEÑO Y EL DISEÑO DEL SUR. In: International colloquium pistemologies of the South: South-South, South-North and North-South global learning Coimbra – 10, 11, 12 July 2014
- BRASIL - INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sobre o crédito habitação. Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-publica-nova-norma-de-execucao-e-retoma-credito-de-habitacao-rural> Acesso em: novembro de 2019.
- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021) Bacias e divisões hidrográficas do Brasil / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 160 p.
- BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente -MMA. Painel Unidades de Conservação Brasileiras. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMDNmZTA5Y2ltNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJINzFkOGM5NWQ4liwidCI6ljJiMjY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTYzNDY3NTJmMDNINClsImMiOjF9>. Acesso em: maio de 2018
- CRUZ, Valter do Carmo. (2017) Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: Cruz, V.C. & Oliveira, D.A. (org.) *Geografia e Giro Descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. (pp.15-36)
- DIAS, Josimara Martins.; PEREIRA, Newton Müller. Considerações sobre a evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ordenamento territorial da Amazônia: interações entre o Estado e a Ciência. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 21, p. 69-88, jan./jun. 2010. Editora UFPR44
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. (2000) O mito moderno da natureza intocada. 3.aed. – São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. (2005) O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005 P. 69-86
- ESCOBAR, Arturo. (2008) Territories of difference: places, movements, life, redes. Duke: Duke University Press, 2008. Disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/Territorios.pdf>. Acesso em 04 jun. 2005.
- ESCOBAR, Arturo. (2005) El “postdesarrollo” como concepto y practica social. In: MATO, Daniel (Coord.) Políticas de economia, ambiente y sociedad em tempos de globalização. Caracas: Universidade Central de Venezuela. 2005, p. 17-31. Disponível em:

<http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/El-postdesarrollo-como-concepto1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ESPINAL, Harold Martínez. (2013) La reiación teoría-diseño en la educación actual del arquitecto latino-americano. In: ESPINAL, Harold Martínez. Habitabilidad terrestre y diseño, ensayos sobre el sentido de lo natural, lo cultural y lo social en la práctica académica e profesional de la arquitectura - - Santiago de Cali: Programa Editorial Universidad del Valle, p 39-50, 244 p.2013.

ESTERCI, N.; Schweickardt, K. H. S. C. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 1, p. 59-77, jan.- abr. 2010

FREITAS, André Vieira. (2014) Áreas Protegidas, normas e território usado: O sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) como um instrumento de ordenamento territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

GOMES, Lisley Pereira Lemos Nogueira et al. Definição de áreas para manejo de fauna silvestre para subsistência em duas comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã.. In: 15º Simpósio sobre Conservação e Manejo Participativo na Amazônia 4º Seminário Anual de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Unidades de Conservação. Livro de Resumos 15º Simpósio sobre Conservação e Manejo Participativo na Amazônia 4º Seminário Anual de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Unidades de Conservação, Tefé, AM, 2018.

LIMA, D. M. (1997) Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: Algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: Faces do Trópico Úmido – Conceitos e questões sobre desenvolvimento e Meio Ambiente. Edna Castro e Florence Pinton, (Org.). Belém, CEJUP, 1997.

MOSSAB, Andréia; CUNHA, Gabriel. Descolonizando o ensino de estruturas em arquitetura. Uma proposta a partir da experiência na Unila. *Architexts*, 228.02 may 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/architextos/19.228/7389>. Acesso em: agosto de 2019.

MORUS, Thomas. (2004) Utopia. Prefácio: João Almino; Tradução: Anah de Melo Franco. - Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

OLIVEIRA, Karla Rosane Aguiar. Regimes jurídicos fundiários no Brasil e função socioambiental da posse agrária: A Regularização Fundiária de populações ribeirinhas da várzea Amazônica. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, [s. l.], ano 2015, v. 18, n. 1, ed. 1, p. 84-94, 2015. Disponível em: <http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/340>. Acesso em: 27 nov. 2019.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (2016) O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: 384 p., 2016.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. (2009) Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 17, p. 21-31, 2009.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. (2012) A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, Mayo, 2012.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. (2017) De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: Cruz, V.C. & Oliveira, D.A. (org.) *Geografia e Giro Descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. (pp. 37-54)

QUIJANO, Aníbal. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: LANDER, Edgardo, Colonialidade de Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. Pp. 107-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2009) Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Em: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESSES, Maria Paula (org.), Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-73. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3300200700030004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: novembro de 2019.

SIOLI, H. (1985) Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda. 69p

VIANA, Fernanda Maria de Freitas; STEWARD, Angela May; RICHERS, Bárbara Tadzia Trautman. Cultivo itinerante na Amazônia central: manejo tradicional e transformações da paisagem. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 19, n. 1, p. 93-122, jan-abril 2016, ISSN 1516-6481 / 2179-7536